

Buarque declara guerra aos invasores

Governador anuncia 11 medidas para reprimir abusos na ocupação de áreas públicas, entre elas a abertura de inquérito

Dezesseis dias após ter tomado posse, o governador Cristovam Buarque declara guerra aos invasores de terras e à máfia da grilagem no Distrito Federal. Num discurso improvisado, mas de palavras duras, ele anunciou o primeiro pacote de medidas repressivas aos abusos cometidos na ocupação de áreas públicas, determinando até a abertura de inquérito policial para apurar responsabilidades. Buarque quer ainda a revogação da Lei nº 841, da Enfiteuse, e para isso encaminhou à Câmara Legislativa projeto de lei que será apreciado dia 1º de fevereiro, depois do recesso dos deputados.

Consciente de que são medidas de forte impacto capazes de causar repercussões em diversos segmentos, o governador pediu apoio da sociedade e ressaltou que não se trata de um movimento contra as pessoas carentes, mas contra “a ação das máfias”. O anúncio das 11 operações que vão ser desenvolvidas nos próximos meses antecipou decisões de caráter emergencial, em função das denúncias sobre a existência de uma “mafia de condomínios”, publicadas pela imprensa. Independentemente disso, foram formadas comissões que em dez dias devem apresentar propostas de solução para os problemas das invasões, condomínios e assentamentos populares.

A exemplo do que aconteceu semana passada com mais de 200 barracos em Sobradinho II, o governo garante que todas as invasões recentes serão derrubadas e que as ocupações irregulares de condomínios e assentamentos posteriores a 15 de novembro do ano passado estão excluídas dos estudos de regularização de uso da terra. Segundo a vice-governadora e supervisora do trabalho das três comissões de trabalho, Arlete Sampaio, “no apagar das luzes do governo passado, as invasões se proliferaram e áreas foram aparentemente regularizadas,

mas sem respaldo legal”.

Absurdos — Entre os exemplos, definidos como “absurdos”, Arlete cita a distribuição de cartas, ou “cadastros precários”, às comunidades de Planaltina, Riacho Fundo II e Recanto das Emas. A vice-governadora lembra que não houve parecer da Sematec nem foi elaborado Relatório de Impacto Ambiental (Rima). “Isso é o mínimo para a ocupação”, afirma. Os condomínios e demais áreas irregulares, que já tenham decisão judicial contrária, flagrados em obras, terão todos os equipamentos de construção apreendidos e os canteiros desmanchados.

Cristovam Buarque determinou também que, a partir de agora, o Serviço Integrado de Vigilância do Solo — Siv-Solo passa à subordinação do seu próprio gabinete e não mais da Secretaria de Segurança Pública, atendendo à sugestão do próprio secretário de Segurança, general Gilberto Serra. A competência de Serra, durante a operação de combate às invasões, será abrir o inquérito policial, que vai contar com a supervisão de uma comissão composta por membros da Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Comissão dos Direitos Humanos, mais um promotor a ser indicado pelo Ministério Público.

Rigor — Enquanto isso, o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab-DF) estará fazendo um levantamento completo sobre a atual situação do cadastro de beneficiários de lotes. A distribuição de terrenos e as novas inscrições, de acordo com o secretário de Comunicação, Moacyr de Oliveira, vão ficar suspensas até a conclusão das medidas do pacote. “Rigor total”, comenta ele, lembrando a política de habitação que será implantada em breve, com incentivo para barateamento de construções populares, a partir de parcerias com a iniciativa privada.



Buarque disse que condomínios e assentamentos, formados depois de 15 de novembro, estão excluídos dos estudos de regularização

Arício Pinheiro